

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.074.401 - SP (2017/0065674-8)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : CAIO SÉRGIO VICENTE DE AZEVEDO TOLEDO
ADVOGADO : EDUARDO PAULO CSORDAS - SP151641
AGRAVADO : SHIRLEY GOLDBACH
AGRAVADO : BRUNO GOLDBACH BRAITT
AGRAVADO : JULIO GOLDBACH BRAITT
ADVOGADOS : DANIELA BIAZZO MELIS KAUFFMANN - SP148747
BREITNER QUILLES JIMENEZ - SP271506
REGINA CELIA NIETO MENDES DE ALMEIDA - SP086204

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 544 do CPC/73) interposto por CAIO SÉRGIO VICENTE DE AZEVEDO TOLEDO em face da decisão acostada a fls. 309-310 e-STJ que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pelo ora agravante.

O apelo extremo, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 273-278 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – Ação Cautelar de Arresto – Duas decisões recorridas - 1 - Decisão que determinou o registro do arresto realizado via ARISP – Cumprimento do disposto no item 5 do inciso I do art. 167 da Lei n. 6.015/1973, não havendo abuso ou ilegalidade, sendo consequência lógica da decisão que determinou o arresto, que restou irrecorrida - 2 - Extinção do aditamento distribuído e autuado como ação autônoma – Inadequação do recurso de agravo, que não é conhecido, pela decisão ter natureza de sentença - Subsistência da ação cautelar e da liminar deferida – Recurso desprovido na parte conhecida.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões de recurso especial, alegou o insurgente que o acórdão recorrido violou os seguintes dispositivos de lei federal: (i) art. 162, §2º e 522 do CPC/1973, defendendo ser cabível o agravo de instrumento interposto na origem, uma vez que a decisão ali impugnada tinha natureza interlocutória (ii) art. 162, §1º e 463 do CPC/1973, argumentando que o processo foi extinto e que, portanto, a decisão que determinou a averbação do arresto é nula.

Contrarrazões a fls. 296-302 e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem negou seguimento ao apelo nobre indicando insuficiência de fundamentação recursal e por aplicação da Súmula 7/STJ.

Inconformado, interpôs o presente agravo (art. 544 do CPC/73), cuja minuta está acostada a fls. 312-320 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Contraminuta a fls. 323-332 e-STJ.

Parecer do D. Ministério Público Federal pelo desprovimento do recurso.

É o relatório. Decide-se.

Superior Tribunal de Justiça

O recurso não comporta provimento.

1. Não se afigura admissível o recurso quanto às indicadas ofensas aos artigos 162, 463 e 522 do CPC/1973. Compete à parte recorrente, nas razões do recurso especial, impugnar especificamente os fundamentos do acórdão recorrido, sob pena de a deficiência das razões recursais atrair os óbices dos enunciados nº 283 e nº 284 da Súmula do STF. Nesse sentido, cita-se precedente:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULAS N. 283 E 284 DO STF. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

2. No caso concreto, o exame da pretensão recursal, no sentido de se verificar que a planilha apresentada pelo exequente não indica detalhadamente os índices, critérios e valores adotados na evolução da dívida, seria necessária nova análise dos elementos fáticos dos autos, inviável em recurso especial.

3. **O recurso especial que não traz insurgência específica capaz de combater fundamento do acórdão recorrido, suficiente para mantê-lo, não deve ser admitido. Incidência das Súmulas n. 283 e 284 do STF.**

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 926.467/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 01/12/2016, DJe 09/12/2016)

Segundo os autos, a Corte de origem conheceu apenas parcialmente do agravo de instrumento. Essencialmente, quanto à admissibilidade da insurgência ali decidida, o Tribunal *a quo* verificou houve erro da serventia a atuar o aditamento da cautelar de arresto como "cumprimento provisório de decisão", no qual, verificado o equívoco, foi proferida decisão pela extinção e, portanto, deveria ser objeto de recurso de apelação.

Cita-se o excerto correspondente (fl. 277 e-STJ, sem grifos no original)

Como apontado pelo agravante, houve equívoco da Serventia ao autuar o aditamento à ação cautelar de arresto, como "Cumprimento Provisório de Decisão - Liminar", de forma que a decisão de fls. 29, indeferiu apenas tal aditamento, que pretendia a conversão da ação de arresto em ação de execução, sob o rito do art. 733 do CPC.

Destarte, não foi extinta a ação cautelar de arresto, que subsiste, bem como a liminar concedida pela decisão de fls.23, proferida em 23/10/2013, e sem notícia de que tenha sido recorrida, como anotado pela d. Procuradora de Justiça, Dra. Jonize Sacchi de Oliveira, de maneira que o registro do arresto é insito ao ato determinado e praticado, em observância ao disposto no item 5 do inciso I do art. 167 da Lei n.

6.015/1973, não havendo abuso ou ilegalidade.

Dentro deste raciocínio, se não foi extinta a ação cautelar, não houve omissão acerca da manutenção do arresto liminarmente concedido quando da extinção do aditamento. Saliente-se que a decisão de embargos de declaração de fls.14, tem natureza de sentença, pois opostos contra o ato

Superior Tribunal de Justiça

judicial de fls. 29, que extinguiu o processo de Cumprimento Provisório de Decisão, com distribuição própria (processo n.0075221-29.2013.8.26.0100), e deveria ser atacado por apelação e não pelo presente agravo.

Foi noticiado nas informações prestadas pelo Juízo que, em 07/08/2014, foi proferida decisão, reconsiderando-se em parte a que está nestes autos às fls. 23 (fls.185 dos autos de origem), recebendo a ação cautelar de arresto como incidental à execução de cumprimento de sentença na ação principal, mantendo a liminar deferida (fls. 259/260), contra a qual, também, não há notícia de agravo.

Caberia ao insurgentes demonstrar o desacerto do acórdão recorrido, expondo as razões pelas quais a extinção do feito erroneamente autuado poderia ser impugnado por meio de agravo de instrumento. Ausente essa fundamentação nas razões recursais, incidem os óbices contidos nos enunciados da Súmula do STF nº 283: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos êles"* e nº 284: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."*

Relevante citar, ainda, excerto do parecer oferecido pelo d. Ministério Público Federal:

Por outro lado, no que concerne à vulneração aos arts. 162, § 1º, e 463 e incisos do CPC, obtempera que "a r. decisão proferida às fls. 12 do incidente, não indeferiu apenas o pedido de emenda à inicial", mas, em verdade, "indeferiu a própria inicial e julgou extinto o processo". Desta feita, não houve "mero indeferimento do pedido de emenda como consta no v. aresto recorrido, mas sim a extinção do processo", razão pela qual reputa "clara e evidente" a violação aos dispositivos mencionados.

Deve prevalecer a decisão impugnada, que negou seguimento ao recurso, por seus judiciosos e incensuráveis fundamentos.

Com efeito, a argumentação tecida pelo recorrente no bojo do recurso especial referido não abre ensejo à demonstração "clara e evidente" de violação aos dispositivos da lei processual civil. Efetivamente, associam-se mais as razões recursais a meras alegações de contrariedade à lei federal do que à demonstração clara de sua efetiva ocorrência – revelando-se, portanto, inquinadas de manifesta deficiência, de sorte a ensejar a incognoscibilidade do reclamo.

Ora, como se sabe, "não havendo a devida demonstração de ofensa aos dispositivos legais apontados como violados, incidente o enunciado 284 da Súmula do STF" (Quarta Turma – AgInt no AREsp nº 1.055.524/MT. Rel. Min. Maria Isabel Gallotti. Julg. Em 15.03.2018. Dje 20.03.2018).

2. Do exposto, nega-se provimento ao agravo em recurso especial. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator